

# INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Eliane Santos e Silva<sup>1</sup>

Maria Amélia de Oliveira Santos<sup>2</sup>

## RESUMO

A igualdade e a diferença, no contexto escolar, propõem uma aprendizagem diante da diversidade na Educação Infantil. Os alunos com deficiência na Educação Infantil enfrentam desafios e barreiras que devem ser minimizados através inclusão e acessibilidade. A problemática neste contexto propõe identificar como as questões de inclusão e acessibilidade se apresentam no contexto da Educação Infantil? O objetivo geral deste trabalho é apresentar o contexto da inclusão e acessibilidade na Educação Infantil. E os objetivos específicos são: conceituar a inclusão e a acessibilidade no contexto escolar; analisar o panorama da Educação Infantil no Brasil e evidenciar o papel do professor na inclusão escolar. Através de uma pesquisa multirreferencial que se apoia nas legislações e em teorias secundárias, e por um percurso metodológico qualitativo, exploratório e bibliográfico. Evidenciando que em torno da inclusão e acessibilidade, a prática pedagógica na escola de Educação Infantil, é importante através das adaptações curriculares, arquitetônicas e atitudinais, para que essas crianças tenham equidade, mobilidade e reconhecimento de suas habilidades e potencialidades.

**Palavras-chave:** Inclusão. Acessibilidade. Educação Infantil.

## RESUMEN

La igualdad y la diferencia, en el contexto escolar, proponen un aprendizaje delante la diversidad en el contexto escolar. Los alumnos con discapacidad en la Educación Infantil enfrentan desafíos y barreras que deben ser minimizados a través de la inclusión y accesibilidad? La problemática en este contexto propone identificar cómo las cuestiones de inclusión y accesibilidad se presentan en el contexto de la Educación Infantil? El objetivo general de este trabajo es presentar el contexto de la inclusión y accesibilidad en la Educación Infantil. Y los objetivos específicos son: conceptualizar la inclusión y la accesibilidad en el contexto escolar; analizar el panorama de la Educación Infantil en Brasil y evidenciar el papel del profesor en la inclusión escolar. A través de una investigación multirreferencial que se apoya en la legislación y en teorías secundarias, por un recorrido metodológico cualitativo, exploratorio y bibliográfico. La práctica pedagógica en la escuela en la Educación Infantil, es importante a través de las adaptaciones curriculares, arquitectónicas y actitudinales, para que estos niños tengan equidad, movilidad y reconocimiento de sus habilidades y potencialidades.

---

<sup>1</sup> Aluna do programa de pós-graduação em Educação Infantil com habilitação em Educação Especial da Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil – FACETEN/Boa Vista. E-mail: elianeitamar@hotmail.com

<sup>2</sup> Aluna do programa de pós-graduação em Educação Infantil com habilitação em Educação Especial da Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil – FACETEN/Boa Vista. E-mail: mariaamelia@gmail.com

**Palabras clave:** Inclusión. Accesibilidad. Educación Infantil.

## **INTRODUÇÃO**

No contexto escolar, marcado pela diversidade de alunos e de suas identidades, possibilitam uma vivência com as igualdades e diferenças, reforçando um novo paradigma na educação. A temática inclusão e acessibilidade na Educação Infantil possibilitam meios de evidenciar essa diversidade de alunos com Necessidades Educativas Especiais – NEE, regularmente matriculadas na rede regular de ensino, seja na rede pública ou privada.

Através da inclusão escolar, e seus desdobramentos em torno da integração e adaptações a favor do aluno com NEE. Assim como a acessibilidade que possibilita autonomia e mobilidade desses alunos. A problemática neste contexto propõe identificar como as questões de inclusão e acessibilidade se apresentam no contexto da Educação Infantil?

O objetivo geral deste trabalho é apresentar o contexto da inclusão e acessibilidade na Educação Infantil. E os objetivos específicos são: conceituar a inclusão e a acessibilidade no contexto escolar; analisar o panorama da Educação Infantil no Brasil e evidenciar o papel do professor na inclusão escolar.

Procura-se identificar se as instituições que ofertam a Educação Infantil, seja as públicas ou privadas estão prontas para assegurarem a inclusão e acessibilidade de seus alunos, de que forma se tornam importantes no processo escolar dos alunos com deficiência.

As legislações que apoiam esse panorama em todo da inclusão e acessibilidade, assim como conceitos fundamentais e importantes para a prática pedagógica inclusiva no contexto escolar. Possibilitando através dessa pesquisa, tendo seu percurso metodológico de base qualitativa, exploratória e bibliográfica. A pesquisa de forma analítica, com base em teorias e dados atuais, reforça a temática de forma efetiva.

Justifica-se pela relevância social da temática, através de problematizar em torno da inclusão e da acessibilidade de alunos com deficiência contexto escolar da Educação Infantil. A pesquisa irá contribuir cientificamente para que pesquisadores, acadêmicos, professores e pais, assim como demais

profissionais, a importância das adaptações curriculares, arquitetônicas e atitudinais. Possibilitando ao contexto escolar, a partir da inclusão e da acessibilidade, a equidade de oportunidades, desenvolvimento de habilidades e competências, a partir de novo olhar as especificidades educativas.

## **1. A INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR**

Reconhecendo que o Brasil, como um imenso país marcado pela diversidade do seu povo, pela imensidão de sua natureza e riqueza de sua cultura. Um país que vive ebulções com intensas mobilizações por conquistas de direitos, afirmação de identidades e por cidadania. Verifica-se que por característica de uma população mista, com profundas desigualdades sociais, é uma sociedade onde predomina uma cultura rica em sua diversidade.

Neste contexto, temos as pessoas com deficiências, que vivenciam de forma mais dura essas dificuldades. Como por exemplo, a acessibilidade que é lei, mas em muitos casos não é cumprida. Existe muita falta de sensibilidade da população e dos gestores públicos, tendo em vista que em nossa sociedade com traços individualizados, revelados por comportamentos que não reforçam o bem-estar, não valorizam a vida coletiva e não promovem a equidade.

Quando se fala em inclusão social, a exigência ao poder público, tanto na decisão e investimentos em ações afirmativas que estabeleçam e implementem políticas públicas que visem o desenvolvimento de programas governamentais que garantam às pessoas com deficiência, respeitando seus direitos fundamentais, para o pleno exercício da cidadania.

Várias conquistas já aconteceram, no decorrer dos anos, com intuito de quebrar paradigmas, de valorização da diversidade humana, de respeito às diferenças, porém, ainda há muito desconhecimento da legislação e dos mecanismos de acesso aos direitos.

Com foco nas bases legais da inclusão e da acessibilidade, convém inicialmente exemplificar o que é ser deficiente, sendo necessário acolher também conceitos de vida com limites e possibilidades. A política pública refere-se a pessoa com deficiência, pois se trata de uma condição que pode se apresentar como permanente ou temporária. Algumas definições por sua vez, estão previstas, servindo de critérios e parâmetros de avaliação para aplicação formal dos direitos.

Tendo o Decreto de nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, consideram no seu Art. 3, os seguintes conceitos:

I –Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado “normal” para o ser humano;

II – Deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que altere, apesar de novos tratamentos;

III- Incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração crucial, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa com deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ou seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade exercida.

Com as alterações do recorte do decreto mencionado, quando atualizado em 2004, em relação à terminologia utilizada para se referir a essas pessoas, com alguma limitação física, mental ou sensorial, assumiu várias formas ao longo dos anos, utilizavam-se expressões como: inválidos, incapazes, excepcionais e pessoas deficientes, até que a Constituição de 1988 incorporou a expressão “pessoa portadora de deficiência”.

A terminologia ainda adotada hoje dia “pessoas com necessidades especiais” ou “pessoa especial”. Mesmo que erroneamente, supõe apenas a uma caracterização da condição da pessoa pela sua deficiência. Desta forma, a expressão “ portadora de deficiência”, ainda é a mais errada, tendo em vista que a deficiência está com a pessoa ou com a pessoa, como algo que se “porta” e em algum momento se “retira”.

Desta forma, para o uso mais recente e correto, em concordância com movimentos e organizações internacionais, é utilizado o termo – “pessoa com deficiência”, assim como é adotada pela política brasileira.

Assim a pessoa com deficiência, especialmente a criança, em seu meio social, necessita de meios para viver o pleno exercício da cidadania, mobilidade e oportunidades, porém algumas modificações além das políticas públicas e de conscientização ao reconhecimento dos direitos e de acessibilidade. Sem estigmas ou preconceitos pelas suas especificidades, devem ser superadas.

Verificando a importância não só da caracterização e inclusão social, mas do reconhecimento desses sujeitos, já que na legislação brasileira, vários direitos estão garantidos de forma individual e coletiva.

No que tange a leis, na Constituição Federal de 1988, estão previstos os direitos e garantias fundamentais. Quando no Título II, Capítulo I, o Artigo 5º, traz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade de direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade”.

Na Política Nacional, o Decreto de nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 regulamenta a Lei nº 7.853 de outubro de 1989, que dispõem sobre a política e consolida as normas de proteção e dá outras providências nos direitos individuais e sociais da pessoa com deficiência. Como no Art. 1º, atenta para que a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência compreendendo um conjunto de orientações e normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência.

No Art.2º, cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar a pessoa com deficiência o pleno exercício dos direitos básicos, inclusive os direitos a educação, a saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, a previdência social, a assistência social, ao transporte, a edificação pública, a habitação, a cultura, ao amparo a infância e a maternidade, e de que outros que decorrentes da Constituição e das leis, venha a propiciar o bem-estar pessoal, social e econômico.

Com o lançamento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, por meio do Decreto de nº 7.612 de 17 de novembro de 2011. O Governo Federal deu passos importantes no sentido de fazer sua parte, criando mecanismos e instrumentos para viabilizar a implementação de ações específicas nas principais temáticas; educação, saúde, acessibilidade, assistência social, ofertando recursos para projetos a serem executados nos vários setores do poder público no território brasileiro. Conceituando que a inclusão social nesse Plano (2011):

[...] têm como objetivo desenvolver ações para combater qualquer desigualdade, exclusão ou restrição feita com o propósito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, desfrute ou exercício de direitos, em igualdade de condições, valorizando e estimulando o protagonismo e as escolhas de cada uma das pessoas.

Reconhecimento e participação compõem a ideia de inclusão social (BRASIL, 2011, p. 19).

Nesta perspectiva, esse viver sem limite teve a participação efetiva em sua elaboração dos movimentos das pessoas com deficiência através de suas organizações, na construção de propostas aprovadas nos processos das Conferências em todo Brasil e da contribuição que os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais têm dado aos debates públicos na luta por igualdade de oportunidades.

Assim como na Lei Federal nº 10.048 de 08 de novembro de 2000 que trata do atendimento prioritário, a Lei Federal nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 define a acessibilidade no Art. 2, inciso I, como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000, p. 1).

Ambas regulamentadas pelo Decreto de nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 que estabeleceu a promoção da acessibilidade. Assegurando nos equipamentos públicos, acessibilidade aos espaços físicos adaptados, tradução simultânea, comunicação por sinais, sem haver prejuízo de visibilidade ou locomoção para as pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção.

Sendo papel do poder público à elaboração, execução e fiscalização de projetos para as edificações de uso público, de uso coletivo e uso privado. Bem como promover nos sistemas de trânsito, transporte coletivo e mobilidade urbana para tornar as cidades e demais espaços acessíveis.

E dentro do âmbito escolar, como reflexo da sociedade vigente, seus anseios e seus posicionamentos, na cultura escolar alguns percursos tornam-se capazes de incluir ou excluir, seja grupos ou alunos que não se encaixam no modelo ideário de igualdade, normalidade e singularidade. Como sinalizado por Prestes (2015), que:

Na inclusão educacional, os processos educativos têm como cerne à valorização da diversidade humana de modo de preservar a liberdade, a criatividade e, a singularidade do aluno, para que suas potencialidades sejam aprimoradas integralmente (PRESTES, 2015, p. 46).

Porém, a diversidade de alunos que hoje compõem a cultura escolar na Educação Infantil, como em outras etapas educacionais possibilitam uma vivência entre as diferenças e as igualdades a todos, mas possivelmente, uma aprendizagem em torno dessa diversidade que fortalece o reconhecimento do outro como sujeitos de direitos e valores.

De acordo com dados do Senso Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep (2018), que “57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídos em classes comuns”<sup>3</sup>. Mostrando que há um aumento de matrículas e de permanência de alunos com alguma deficiência. Isso se torna um grande avanço, já que historicamente, a educação da pessoa com deficiência centrava-se apenas na exclusão e focava nas suas limitações.

Hoje já podemos ver que a Educação Especial na Educação Infantil, possibilita o desenvolvimento de capacidades e habilidades desse público, fomentando a inclusão e elevação da escolarização do aluno.

Contudo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) aborda a Educação Especial, e a define no capítulo V, Art. 58 como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.”

Para prover a Educação Especial, é importante conceituar a inclusão escolar, conforme a Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001, p. 20) como “a garantia de acesso ao espaço comum da sociedade, em uma sociedade orientada por relações de equidade de oportunidades desenvolvimentais, em todas as dimensões da vida.”

Mesmo com todo aparato legal e mobilização social, as escolas na atualidade vem se adequando as demandas em torno dos alunos NEE, seja através das adaptações arquitetônicas, mobiliárias, curriculares e pedagógicas, mas acima de tudo, uma mudança na postura frente ao processo de inclusão e de acessibilidade no contexto escolar.

---

<sup>3</sup> Estão inclusos nessa pesquisa, escolas públicas e privadas, em todos os níveis da Educação Básica.

Essa dinâmica escolar ainda enfrenta desafios, seja nas instituições públicas e privadas, como reflete ainda Minetto (2010) que:

Para atender com qualidade alunos com NEE, o sistema educacional enfrenta vários desafios: a conscientização da comunidade escolar e da sociedade em geral sobre a nova maneira de entender e educar o alunado; o investimento sério na preparação continuada da equipe escolar. Há que se subsidiar a ação educativa empreendida; a estruturação de métodos, técnicas e recursos de ensino adequados a esse alunado; a adaptação de currículos para atender às necessidades e especificidades dos alunos em classes regulares; o envolvimento de pais e pessoas da comunidade ampla nesse processo (MINETTO, 2010, p. 65).

Esse percurso passa além das políticas públicas, para uma reestruturação escolar para atendimento fomentando o pleno desenvolvimento escolar e acesso a todas as atividades, possibilitando uma rede de apoio aos alunos com NEE na Educação Infantil, a integração entre escola, desenvolvimento de habilidades e competências, assim como o seu uso na prática social.

## **2. O PANORAMA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

A Educação Infantil, em seu percurso histórico, tem avançado na questão de garantias legais e de assistência social, lazer, segurança, saúde e especialmente educacional. Como um marco institucional apontado na Constituição Federal de 1988.

Para efeitos legais a criança reconhecida como a pessoa de zero anos até 11 anos, 11 meses e 29 dias completos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), durante o seu desenvolvimento integral, passará por diversas etapas e estágios, que influenciará em sua atuação social e desempenho emocional. Também, um documento fundamental, que rege a educação a LDB (1996), que estabelece em seu Artigo 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 14).



De acordo com a LDB, nesta etapa que é oferecida em creches e pré-escolas apontando para uma possível ruptura inicial com os cuidados familiares e apontando para um campo de inúmeras aprendizagens, desenvolvimentos e descobertas.

As crianças são pessoas com direitos sociais, entre eles, o direito à educação, um direito que deve ser garantido pelos poderes públicos e com os direitos civis que devem ser respeitados por todos (BRASIL, 1990). É necessário passar da concepção de uma infância de necessidades para uma infância de direitos, que, a partir das ações práticas, não leva subestimar os recursos o potencial das crianças. Essa ideia exige uma ética da qualidade dos serviços para infância. Nesse sentido, há muito a se desenvolver em relação à escolarização das crianças: a forma e a qualidade de como são educadas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil - DCNEI (2010) concebem essa criança como:

[...] sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12).

Diante desta concepção, para educar nesta primeira etapa da educação básica, deve-se entender as peculiaridades das crianças, seu caminho para enfrentar o mundo, não para impor desafios de quadros externos, estranho para ela.

Uma Educação Infantil coerente significa lançar as bases do resto do sistema educacional. A atenção educacional nessas séries iniciais pode ajudar a evitar problemas posteriores, às vezes é mais difícil intervir e certamente mais caro, tanto social quanto economicamente. Segundo Teodoro (2013) a primeira infância deve receber a atenção prioritária nas leis, políticas e recursos. No entanto, estes são precisamente os anos em que a infância deve receber uma atenção maior.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2018), e os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil - RCNEI's (1997), a organização curricular para a Educação Infantil é um importante instrumento para o desenvolvimento da composição curricular e práticas pedagógicas que possibilitam o fortalecimento de uma ferramenta de ensino voltada às

especificidades das crianças. A DCNEI (2010) conceitua que o currículo nesta etapa é um:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2010, p. 12).

Para essa Diretriz, a prática educativa na Educação Infantil permite diferentes abordagens metodológicas, no entanto, é importante considerar algumas ideias fundamentais tem que apoiar a organização curricular, derivada do conhecimento atual sobre como as crianças dessas idades são e como aprendem. Esses princípios são oferecidos como referências que permitem tomar decisões metodológicas fundamentais que, com efeito, práticas pedagógicas inclusivas e que atenda as especificidades dos alunos com deficiência.

De acordo com o RCNEI (1997) os aprendizados na Educação Infantil são constituídos a partir das informações, as experiências feitas pela criança e sua relação com o meio ambiente. Assim como o conhecimento de si, autonomia pessoal que inclui o trabalho do corpo e imagem própria, brincadeiras e movimentos, atividades, vida cotidiana, cuidados pessoais e saúde.

Desenvolvendo também através da percepção do ambiente físico, abordagem à natureza e cultura e vida em sociedade. A comunicação e representação, como instrumentos de linguagem verbal, linguagem audiovisual e tecnologias da informação e comunicação, linguagem artística e linguagem corporal.

Como orientado pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018) que trouxe cinco campos de experiências que são: o Eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos, Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Sobre esse panorama de aprendizagem dos alunos, a BNCC (2018) pontua que:

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto,

constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2018, p. 39).

Para esse documento, constituem-se como forma de organização curricular adequada a esse momento da educação da criança de 0 até 6 anos, quando certos conhecimentos, trabalhados de modo interativo e lúdico, como o professor e a escola como um todo são mediadores da inclusão e desenvolvimento dos alunos com NEE no contexto escolar.

### **3. O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

O professor, como importante no processo educativo, visa em sua prática pedagógica, o desenvolvimento de habilidades e competências de seus alunos, preparando-os para a vida escolar, acadêmica e social. Através de sua função, o poder de transformação através do ensino, da aprendizagem e da transformação social.

Para essas novas demandas educacionais, os professores devem visar acima de tudo, o seu papel enquanto facilitador do processo de integração dos alunos em sala de aula e no ambiente escolar. Mas afinal de contas, esse professor da Educação Infantil está preparado para toda essa expectativa?

Contudo, para que esses saberes sejam estimulados e trabalhados a favor da educação dos alunos, é necessário pensar, principalmente, na formação do educador, pois as aulas passarão a exigir desse profissional uma boa preparação. É importante que o educador, antes de tudo, conheça quem são seus alunos, sua cultura, suas potencialidades, limitações, opiniões, seus sonhos e expectativas, respeitando seus traços culturais, ou seja, que o professor passe a ler e entender a sua turma para que, junto com a equipe pedagógica da escola, as habilidades e competências, assim como os métodos escolhidos sejam adequados para se trabalhar com eles.

Salienta-se que a formação inicial (acadêmica), como importante no processo de formação docente, é primordial para aquisição de conhecimentos em torno da prática e dinâmica escolar, além dos conteúdos específicos que deve ministrar. Mas que algumas lacunas, em relação à prática são pertinentes.

Como por exemplo, como ao trabalhar com um aluno com deficiência na Educação Infantil, como promover sua inclusão, como adaptar e como integrar

nas dinâmicas educacionais, provendo equidade, respeitando as suas especificidades e identidade?

Miranda e Filho (2012) pontuam algumas questões nessa formação docente, como sendo:

[...] um espaço que possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e ainda abre caminhos para que o educador adicione a investigação aos seus saberes-fazeres (MIRANDA E FILHO, 2012, p. 18).

Esses espaços nas licenciaturas para os autores são determinantes, promovendo conteúdos que visem à compreensão teórica e metodológica em torno dos alunos com NEE, facilitado o acesso a questões importantes para inclusão e intervenções pedagógicas conforme a especificidade do aluno com deficiência.

E essa formação apoiada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (2001) indica que:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos (BRASIL, 2001, p. 25-26).

Ao mesmo tempo em que na prática pedagógica, essa aquisição de conhecimentos em torno da Educação Especial e suas potencialidades, permite ao professor uma nova postura frente às diversidades, posicionamento metodológico inclusivo e com foco no desenvolvimento de habilidades de seus alunos.

Convém também, um aprimoramento constante em relação a sua formação, ao qual chamamos de formação continuada, que através dela, os tópicos específicos que necessitam ser revisados ou ampliados em relação a conteúdos, possibilitando que suas práticas se fortaleçam. Nesta perspectiva formativa, Miranda e Filho (2012) atenta para que:

A formação permanente, pois, é um dos fatores imprescindíveis para que os profissionais de educação possam atuar, efetivamente, frente aos alunos sob sua responsabilidade em classe e no ambiente escolar, de maneira mais ampla, por mais diversificado que esse grupo se apresente, oferecendo-lhes condições de atendimento

educacional que sejam adequadas às suas condições e necessidades e, não apenas, realizando a mera inserção física desses educandos no ambiente escolar (MIRANDA E FILHO, 2012, p. 33).

O movimento da inclusão e da acessibilidade não defende apenas que o professor “aceite” o aluno em sua sala de aula, mas que forneça meios para integrá-lo em todas as atividades propostas, eliminando qualquer barreira. Esta prática além de ir em direção ao papel docente concorda com todas as bases legais e morais de inclusão e acesso dos alunos. É a partir desses saberes, que são necessários na prática docente que o professor irá perceber os impactos e a importância da inclusão e da acessibilidade.

Esse professor como mediador entre o aluno e o desenvolvimento de habilidades e competências, deve ser um profissional formador, reflexivo, consciente da importância do seu papel, comprometido com o processo educativo, integrado ao mundo de hoje. E para isso, na perspectiva da Educação Inclusiva, a escola conforme Miranda e Filho (2012), também deve fomentar:

Oportunidades de aprendizagem para alunos com deficiência, tem-se solicitado sua organização tanto em acessibilidade arquitetônica quanto curricular e pedagógica, considerando que as escolas, em sua maioria, encontram-se sem acessibilidade arquitetônica, mobiliário e material didático-pedagógico centrado nas necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência (MIRANDA E FILHO, 2012, p. 89).

Infelizmente não parte apenas do professor o papel de prover a inclusão e a acessibilidade, mas da escola como um todo, de adequar-se as demandas de seus alunos na Educação Infantil, com ou sem deficiência. Mas especificamente, uma reestruturação no atendimento desses alunos.

#### **4. METODOLOGIA**

O estudo constitui-se numa investigação de base qualitativa, uma vez que, para Mynaio (2002):

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MYNAIO, 2002, p.21-22).

Torna-se necessário esse tipo de abordagem por considerar os temas - inclusão e acessibilidade, são importantes para problematização da sua importância no contexto da Educação Infantil. De forma exploratória, esse tipo de pesquisa conforme Gil (2008):

[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2008, p. 27).

Em torno da temática, a exploração conceitual e do panorama no contexto da Educação Infantil, utilizando a pesquisa bibliográfica como base para tencionar a teoria e a prática. Lakatos & Marconi (2003) pontuam sobre essa pesquisa que:

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. [...] Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (LAKATOS & MARCONI, 2003, p. 183).

Dessa forma, a fundamentação teórica foi desenvolvida através de um panorama multirreferencial, através de livros, sites e artigos relacionados ao tema, possibilitando um amplo conhecimento para refletir sobre a investigação desejada. Segundo Gil (2008, p.45) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Fornecendo subsídios para apresentação da importância da inclusão e acessibilidade no contexto escolar, especialmente, para alunos com deficiência na Educação Infantil.

## **5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Verificando as conquistas desde a Constituição da República Federativa do Brasil, vigente desde 1988, que reconhece os direitos da pessoa com

deficiência, instituindo normas legais geral de atendimento e acessibilidade. Muitas lutas têm sido travadas para efetivação dessas leis e formulação de outras mais específicas até os dias atuais, para maior adequação das necessidades dessa parcela da população.

Já que nas propostas de leis e políticas voltadas ao deficiente, são assegurados direito de ir e vir, no que diz respeito à acessibilidade, assim como: a educação, a saúde, ao trabalho, a cultura ao lazer e ao esporte, ao transporte, assistência social e habitação.

Especialmente no contexto escolar, o trabalho com a diversidade de alunos permite ao espaço escolar, uma oportunidade de vivenciar, reconhecer e respeitar as diferenças. Nesse processo, o papel do professor torna-se importante, tendo em vista, que ele que possibilitará nesse processo educativo, o acesso à informação, conscientização e ao reconhecimento das reais potencialidades das pessoas com deficiência, provocando mudança de atitudes e a quebra de barreiras.

Já que um dos objetivos da Educação Infantil é atender ao desenvolvimento progressivo das capacidades das crianças em seu desenvolvimento físico, emocional, social e intelectual, respeitando os direitos das crianças e atendendo ao seu bem-estar. Essa convivência na diversidade, através do respeito e a aceitação das diferenças individuais trazem benefícios significativos para a efetivação no processo de inclusão.

E para isso, é preciso que se intensifique, a cada dia, a aplicação das medidas de acessibilidade, arquitetônicas, metodológicas, comunicacionais e instrumentais. Assim, serão ampliadas as oportunidades da pessoa com deficiência no tocante à sua cidadania, participação e permanência.

Os dados do Inep (2018) demonstraram uma crescente taxa de matrícula em escolas públicas e particulares, na qual, indica que as escolas na atualidade, devem estar aptas para receber alunos com deficiências, viabilizando, entretanto, além da inclusão e acessibilidade, uma oferta de ensino promovendo equidade no ensino-aprendizagem e oportunidades.

Possibilitando dentro do contexto escolar de forma colaborativa, o desenvolvimento e apoio aos professores, aos pais e especialmente, ao aluno com deficiência. É preciso ressaltar a importância na Educação Infantil de considerar as potencialidades e as dificuldades enfrentadas pelo aluno com deficiência com ações pedagógicas conforme as suas especificidades, assim

aponta-se outros meios como: a comunicação alternativa, informática acessível, adequação mobiliária, etc.

As escolas públicas e privadas, devem também, se reorganizar para um atendimento a todos os alunos, mas que para aqueles que possuem alguma limitação ou NEE, um desdobramento maior. Buscando soluções efetivas para uma educação para todos. Não é apenas implementar saídas paliativas e imediatas, mas uma real adaptação e de atendimento visando, um processo de inclusão e acessibilidade constante no contexto escolar.

À escola cabe contemplar princípios da Educação Inclusiva, bem como incentivar/investir na formação continuada dos docentes. Eliminando algumas barreiras que possam impedir o acesso e a permanência do aluno no contexto educacional, bem como desenvolvimento de orientações educativas junto à comunidade escolar e, sobretudo, disponibilização de recursos e equipamentos específicos que possam favorecer o processo de ensino e aprendizagem dessas crianças, permitindo a superação de suas dificuldades.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de inclusão social das crianças com deficiência na Educação Infantil tem avançado significativamente. O acesso a diversos recursos pedagógicos e tecnológicos, as constantes oportunidades que os professores têm para se qualificarem e ressignificarem suas práticas, as políticas públicas relacionadas a essa temática, dentre várias outras possibilidades que estão sendo disponibilizadas, são motivadoras e pressupõem esses avanços/novas perspectivas.

Evidenciou-se que, apesar da existência dessas leis, ainda é comum encontrarmos diversas barreiras arquitetônicas que impedem o livre acesso das pessoas com deficiência. No âmbito escolar, torna-se necessário rever essas barreiras arquitetônicas, além de um diagnóstico minucioso de suas condições de acessibilidade, sendo observado em todos os espaços escolares (sala de aula, refeitório, pátio, banheiros, entre outros) se são acessíveis.

A busca por uma escola preocupada com a qualidade do ensino, sendo considerando as diferenças, aponta para caminhos com passos mais inclusivos e pressupõem um novo olhar, lançando desafios e conquistas diárias.



Essas práticas escolares que permitem ao aluno aprender e reconhecer suas possibilidades, são próprias de um ensino escolar que se distingue pela diversificação de atividades. O professor, nessa perspectiva da Educação Inclusiva, deve incluir em suas atividades, metodologias alternativas para que todos os alunos, sem distinção, possuam equidades de oportunidades na Educação Infantil.

Também vale destacar que as intervenções escolares não se restringem aos alunos com deficiência, mas que envolvam os demais alunos, como nas situações em que o professor deverá atuar como mediador, tendo em vista a promoção de interações coletivas. Nesse sentido, a inclusão não visa só à minimização das dificuldades, mas possui a sua importância o desenvolvimento de novas habilidades e o aperfeiçoamento de habilidades positivas que a criança já possui.

Ficou claro que, a importância no contexto escolar, de promover a inclusão e a acessibilidade, não só facilita o acesso e a permanência do aluno com deficiência na Educação Infantil, mas um reconhecimento que através dela, não só os alunos com NEE saem ganhando. Assim como toda escola, alunos, pais, professores e a sociedade, na garantia de uma educação de qualidade, convivendo com as igualdades e diferenças, assim como uma perspectiva inclusiva e acessível para todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988, São Paulo, Saraiva, 1996.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente, **Lei Federal 8.069/90**, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, Brasília, Ministério da Justiça, 1995.

\_\_\_\_\_. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 14. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

\_\_\_\_\_. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1997.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a

Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 21 dez. 1999. Seção 1, p. 10.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.048**, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: < [https://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10048.htm](https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10048.htm) >. Acesso em: 10 de março de 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: < [https://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10098.htm](https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm) >. Acesso em: 10 de março de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 5.296**, de 02 de dezembro de 2004 - DOU de 03/12/2004. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm) >. Acesso em: 11 de março de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**/Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. **Viver sem Limite**: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 12 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Censo escolar da educação básica 2018**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília, DF: MEC/INEP, 2018.

GIL. A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. Editora Atlas, São Paulo, 2008.

- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002.
- MINETTO, M. F. J. (*et al.*). **Diversidade na aprendizagem de pessoas com de necessidades especiais**. Curitiba: IESDE BRASIL S/A, 2010.
- MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- PRESTES, I. C. P. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão**. 1 ed. Curitiba, PR: IESDE. Brasil, 2015.
- TEODORO, Wagner Luiz Garcia. **O desenvolvimento infantil de 0 a 6 e a vida pré-escolar** (2013). Disponível em: <<http://www.bookess.com/read/16746-o-desenvolvimento-infantil-de-0-a-6-e-a-vida-pre-escolar/>>. Acesso em: 14 de março de 2018.